

Como Dnit, outros órgãos precisariam de faxina

Suspeitas de desvios e falhas de gestão atingem mais áreas do governo

Maria Lima, Roberto Maltchik e Fábio Fabrini

opais@oglobo.com.br

BRASÍLIA

Se a presidente Dilma Rousseff fosse faxinar todos os cantos do governo onde a ingerência política contamina a gestão, permitindo, inclusive, a proliferação de bilionários aditivos nas obras públicas, a limpeza teria que ir além dos Transportes. Órgãos estratégicos como o Banco do Nordeste (BNB), a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) protagonizam disputas por poder entrelaçadas a graves falhas de gestão, que abrem a porta a irregularidades.

Outros, como as superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (Sudam e Sudene), além do Banco da Amazônia (Basa), são alvos de acirrada disputa entre caciques partidários da base aliada, mas a presidente está segurando as indicações políticas até agora.

Embora tenha tentado emplacar um técnico de Santa Catarina para presidir o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o aval de Dilma, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, teve de ceder à pressão do PT cearense e aceitar a indicação para o cargo de Jurandir Santiago, filha do político do deputado federal José Nobre Guimarães (PT-CE).

Funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal (CEF), Santiago comandava a Secretaria de Cidades do governo cearense antes de assumir o banco. Deixou a pasta sob suspeita do Ministério Público do Ceará, que investiga desvio de verbas públicas para a construção de banheiros em comunidades pobres do estado. As apurações mostraram que o dinheiro foi desviado, por meio de convênios, para entidades fantasmas ou que, embora funcionem, não fizeram as obras.

Sob suspeita, 56 convênios no CE

• Estão sob suspeita 56 convênios de 2010 do governo cearense para obras em 37 municípios. Como secretário, Santiago assinou ao menos sete, cujos valores foram transferidos a entidades ligadas a parentes e funcionários do ex-presidente do Tribunal de Contas do Ceará, Teodorico Menezes, que se afastou do cargo em meio à crise.

A promotoria pretende ouvir o presidente do BNB esta semana. Será pedida a quebra do sigilo fiscal e bancário dos envolvidos, de acordo com o promotor Eloilson Landim, responsável pelo caso.

O PT cearense controla o BNB desde 2003. As suspeitas sobre o novo presidente se somam a problemas de gestão. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovada em 2010, mostrou que o banco deixou de cobrar R\$ 1,5 bilhão em dívidas.

— Ações concretas não foram feitas nem na esfera administrativa nem na judicial. Analisamos 33% dos ativos do banco, o que significa que o valor pode ser ainda maior — explica a responsável pela Secretaria de Controle Externo do TCU no Ceará, Shirley Cavalcante.

Da mesma forma que no Dnit, o Ministério da Integração Nacional é área de risco sistêmico por causa do binômio “orçamento bilionário e atuação política”, que abrange a Codevasf. En-

quanto o governador do Piauí, Wilson Martins (PSB), trava uma batalha com o senador Wellington Dias (PT-PI) para indicar o presidente da companhia que administra a obra de transposição do Rio São Francisco, o atual diretor-presidente é Clementino Coelho, irmão do ministro Fernando Bezerra Coelho. O órgão é subordinado ao Ministério da Integração Nacional.

Por trás do jogo político está a poderosa Secretaria Nacional de Infraestrutura Hídrica, que executa a bilionária obra de transposição. Após entrar mais de R\$ 3,9 bilhões em obras sem projeto executivo, com base apenas no projeto-base, os consórcios de empreiteiras paralisaram as obras há mais de oito meses, demitiram 5.300 operários e estão esperando a negociação de aditivos contratuais ao valor de cerca de R\$ 1 bilhão para retomar os trabalhos na maioria dos lotes licitados. Diante das dificuldades, o governo divulgou sexta-feira novo cronograma de aprovação de aditivos e prazos de conclusão da obra.

Malfeitos da Funasa começam a surgir

• Atualmente, só o Exército continua atuando para tentar preservar o que já foi feito. Há recursos no Orçamento para a obra este ano, dentro do PAC, mas não há garantias para os aditivos que as empreiteiras cobram.

“A estimativa da elevação de preços da obra é da ordem de R\$ 771 milhões. Além disso, há demandas de novas compensações ambientais para renovação da licença ambiental. A previsão desses adicionais de compensação ambiental pode chegar a R\$ 200 milhões. A obra estaria sendo encarecida em torno de R\$ 1 bilhão”, informa o Ministério da Integração Nacional.

Na Funasa, ligada ao Ministério da Saúde, com longa ficha corrida, malfeitos começam a ser revelados com a retirada das ações de saúde indígena da esfera do órgão, que passaram à Secretaria de Saúde Indígena. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal receberam farta munição para investigar desvios de recursos na compra de combustível e no pagamento de horas de voo na região amazônica, sem contar gastos irregulares em convênios sem prestação de contas.

Nos estados, há uma batalha política. O presidente da Funasa, Gilson de Carvalho Queiróz Filho, é do PT, mas o PMDB tem as superintendências regionais. Em Roraima, a comunidade Ianomâmi, dona de área de 96.000km², denunciou o grupo político do senador Romero Jucá (PMDB), que teria tentado impedir a indicação da antropóloga Joana Claudete das Mercês Schuertz para chefiar a saúde indígena.

Claudete afirmou que foi desencorajada a brigar pela indicação:

— Diziam que era perigoso, que tinha muito interesse envolvido, mas não podia abandonar os ianomâmis. Por isso, aceitei.

Mas até hoje, diz, não entendo por que tanto interesse em uma área com grande dificuldade de atuação:

— É tão complicado o trabalho lá que não entendo o motivo dessa disputa. Não sei se tem a ver com algum contrato, alguma coisa assim.

O GLOBO NA INTERNET
OPINIÃO Como você avalia a faxina promovida por Dilma?
oglobo.com.br/pais

OS FOCOS DE PROBLEMAS NO GOVERNO

Transposição do Rio Francisco



A obra já consumiu R\$ 2,4 bilhões de R\$ 3,5 bilhões, empenhados até junho de 2011



Dos 12 contratos, sete estão recebendo aditivos: quatro já aprovados e três em fase de conclusão até a primeira semana de agosto;



Com novos aditivos, a obra estará sendo encarecida em cerca de R\$ 1 bilhão



Até agora, as obras são lastreadas em projetos básicos. Os projetos executivos só deverão ser concluídos em setembro



Dos 14 lotes de obra, quatro estão paralisados



Em março de 2010, a obra tinha 9.600 empregados. Hoje, caiu para cerca de 4.300, a maioria do Exército



Obra ocorre em meio à disputa política pela presidência da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (Codevasf) entre o governador do Piauí, Wilson Martins (PSB), e o senador Wellington Dias (PT)



Funasa

• Após histórico de escândalos, a presidência da Fundação Nacional de Saúde saiu das mãos do PMDB e passou para o PT, sob o comando de Gilson de Carvalho Queiróz Filho. As superintendências prosseguem controladas pelo PMDB

• Na saúde indígena, agora fora da Funasa, novos dirigentes em áreas estratégicas, como o estado de Roraima, sofreram pressão para não assumir. A pressão foi exercida pelo grupo político do PMDB local, que mantém o controle sobre a Funasa

• O Ministério Público Federal (MPF) denuncia irregularidades em repasses de recursos para Ongs comandadas por grupos indígenas

• Auditorias do TCU e da CGU apontam falhas na fiscalização de repasses, por meio de convênios e termos de compromisso

• Faltam servidores nas coordenações regionais da Funasa

14-12-2007/Rodrigo Taves



Fonte: CGU, TCU, ministérios e Ministério Público

Militares observam as obras de Transposição do Rio São Francisco

Governo nega sobrepreço na renegociação das obras de transposição do São Francisco

Para Integração Nacional, aumento de custos se deve às falhas de projetos básicos

• BRASÍLIA. Designado pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, para explicar as suspeitas sobre as obras do Rio São Francisco, o secretário de Infraestrutura Hídrica, Augusto Wagner, negou que haja sobrepreço nos contratos que estão sendo renegociados. Ele disse que a previsão de custos aumentou por diversas razões: expectativa de preços maiores nas licitações que ainda serão realizadas para cobrir a inflação de 39% nos custos da construção civil no período; aumento de gastos na gestão dos programas ambientais; e ampliação da quantidade de serviços, definidos a partir do detalha-

mento dos projetos básicos.

Segundo o secretário, no momento de pico, em março de 2010, a obra teve 9.600 empregados. Hoje, com as paralisações, sobraram 4.300, muitos do Exército. O secretário afirma que os contratamentos e a repactuação de preços se deveram à falta de um projeto executivo global, já que os projetos básicos tiveram detalhamento insuficiente para a dimensão das obras:

— As imperfeições dos projetos básicos determinaram atrasos e aumento de custos. Essas imperfeições estão sendo corrigidas pelos projetos executivos detalhados — disse Wagner.

Marcelo Camargo/Folhapress



FERNANDO

BEZERRA:

ministério garante que não há irregularidades ou superfaturamento nas obras de do São Francisco e que o detalhamento dos projetos executivos corrigirá as imperfeições dos projetos básicos

Sem se referir às novas licitações em andamento, para cobrir os saldos remanescentes dos lotes não contemplados pelo limite de 25% permitido em lei para os aditivos, Wagner garante que não há irregularidades ou superfaturamento nas obras gigantescas de transposição do São Francisco.

O presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Jurandir Santiago, informou que respondeu interinamente pela Secretaria de Cidades do Ceará, de 2 de abril a 6 de julho de 2010; antes, era adjunto da pasta. Segundo ele, os convênios que assinou observaram pareceres técnicos e jurídicos e foram feitos “na mais absoluta legalidade”. Santiago disse defender a apuração de irregularidades.

Sobre auditoria do TCU que apontou dívidas sem cobrança, o BNB explicou que a taxa de inadimplência das operações caiu de 37,5% para 3,4% de 2002 a 2010. O banco alegou que optou por aguardar o período proposto em lei para a adesão a renegociações, evitando gastos desnecessários com processos judiciais. Mas o TCU entende que a possibilidade de acordo não sobrija o banco da cobrança.

Quanto às 38,5 mil operações atrasadas, o BNB justificou que, embora não tenha recorrido à Justiça, fez cobranças administrativas dentro dos prazos. E que, do total de dívidas, 61% (R\$ 972 milhões) estão sendo cobradas como determinou o TCU.

A Funasa informou que a nova direção, por determinação de Dilma, está reavaliando seus procedimentos. A ordem é observar critérios técnicos para indicação dos superintendentes regionais e implementar indicadores de gestão em toda a estrutura. A Funasa não se pronunciou sobre pressões contra novos dirigentes da Secretaria de Assuntos Indígenas. ■